**SINAEG PROTOCOLA OFÍCIO PARA RECOMPOSIÇÃO DA PARIDADE REMUNERATÓRIA ENTRE CARGOS DA ERCE E DNIT**

**Pedido busca garantir justiça salarial e manutenção da equidade entre as carreiras do Poder Executivo Federal**

Brasília, 22 de agosto de 2024 — O Sindicato Nacional dos Servidores dos Cargos Específicos do Poder Executivo Federal (SINAEG) protocolou, nesta quinta-feira (22), o Ofício nº 74/2024 junto à Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (SRT/MGI). O documento solicita a imediata recomposição da paridade remuneratória entre os cargos da Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), regidos pela Lei nº 12.277/2010, e os cargos análogos de arquiteto, economista, engenheiro, engenheiro agrônomo, engenheiro de operações, estatístico e geólogo do PEC DNIT, conforme estabelecido no Art. 3º-A da Lei nº 11.171/2009.

A paridade salarial entre os cargos da ERCE e os do DNIT foi firmada à época da promulgação da Lei nº 12.277/2010, garantindo uma remuneração inicial equivalente a 74,17% e final a 83,13% dos valores pagos aos servidores do DNIT. No entanto, após a assinatura de termos de acordo separados para essas carreiras em 2024, essa paridade foi quebrada, prejudicando os servidores da ERCE.

O presidente do SINAEG, Flauzino Antunes Neto, destaca a importância dessa recomposição para manter a justiça salarial entre os servidores das carreiras específicas. “As negociações realizadas demonstraram claramente a semelhança entre os cargos da ERCE e do DNIT, justificando a necessidade de paridade nas remunerações, conforme concordou o próprio Governo. Não podemos aceitar que essa diferença persista e a promessa seja quebrada”, afirmou Flauzino.

No ofício, o SINAEG apresenta uma proposição de revisão das tabelas remuneratórias da ERCE, visando a retomada da paridade acordada anteriormente no Termo de Acordo nº 08/2024. O Sindicato também reforça sua disposição para continuar dialogando com o governo em busca de uma solução justa e que atenda aos interesses dos servidores.

O SINAEG reafirma seu compromisso com a defesa dos direitos, interesses e garantias dos servidores da ERCE, e continuará atuando para assegurar que todos recebam uma remuneração condizente com a importância de suas funções no desenvolvimento do país.

O Sindicato seguirá acompanhando de perto os desdobramentos deste ofício e manterá a categoria informada sobre qualquer avanço nas negociações.

**Desigualdade Salarial e Reconhecimento na Administração Pública**

Apesar de possuírem formações e atribuições equivalentes, os servidores da Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE) enfrentam uma dura realidade de injustiças salariais dentro do Poder Executivo Federal. A disparidade nas remunerações entre carreiras semelhantes cria uma sensação de desvalorização e frustração entre esses profissionais, que, mesmo com responsabilidades de grande impacto para o desenvolvimento do país, não recebem o devido reconhecimento financeiro.

A situação, que não é a ideal, ainda aguarda melhorias. No entanto, com a reestruturação da carreira e a nova etapa de negociações prevista para iniciar em setembro a ser conduzida junto à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do MGI, há a esperança de que esses valores sejam ajustados para refletir de forma mais justa o papel fundamental que esses servidores desempenham.

Embora pouco conhecidos pelo grande público e subestimados por muitos políticos, os servidores da ERCE são peças-chave em todos os Ministérios e variados órgãos públicos. Eles são responsáveis por ações cruciais executadas de desenvolvimento econômico, investimento público, aplicação de recursos e gestão dos ativos governamentais por essas Pastas. Ao contrário da fama e do prestígio de outras carreiras, esses servidores garantem, na prática, na maioria dos casos, que os projetos e políticas públicas sejam bem executados e que o dinheiro público seja bem gerido.